



NIA

NÚCLEO
DE INVESTIGAÇÃO
ARQUEOLÓGICA

ERA
ARQUEOLOGIA

14

***A*PONTAMENTOS**

de Arqueologia e Património

ABR 2020

ISSN: 2183-0924

***A*PONTAMENTOS**

de Arqueologia e Património

14

ABRIL

2020

Título: *Apontamentos de Arqueologia e Património*
Propriedade: *Era-Arqueologia S.A.*
Editor: *ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação*
Arqueológica – NIA
Local de Edição: *Lisboa*
Data de Edição: *Abril de 2020*
Volume: *14*
Capa: *Sepultura romana 16 de Bantum*
(Foto: José Carvalho)

Director: *António Carlos Valera*

ISSN: 2183-0924

Contactos e envio de originais:
antoniovalera@era-arqueologia.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O uso do acordo ortográfico está ao critério de cada autor.

ÍNDICE

EDITORIAL	07
Nelson J. Almeida, Ana Catarina Basílio e António Carlos Valera THE FAUNAL RECORD FROM SANTA VITÓRIA (CAMPO MAIOR): AN INITIAL APPRISAL BASED ON THE REMAINS FROM 2018 AND 2019 EXCAVATIONS.	09
António Carlos Valera e Tiago do Pereiro O RECINTO DE FOSSOS PRÉ-HISTÓRICO DE BORRALHOS (SERPA): APROXIMAÇÃO À SUA ARQUITECTURA ATRAVÉS DA PROSPECÇÃO GEOFÍSICA.	17
Helena Reis, António Carlos Valera, Marta Macedo e Nelson Cabaço A QUINTA VELHA: UMA OCUPAÇÃO CALCOLÍTICA NA SERRA DE SINTRA.	29
António Carlos Valera, Carlo Bottaini e Ana Catarina Basílio A DEPOSIÇÃO DE UMA ALABARDA EM CONTEXTO CAMPANIFORME NA ÁREA CENTRAL DO RECINTO DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ).	41
José Filipe dos Reis Carvalho AS NECRÓPOLES DE BANTUM E HERDADE DO LAMARIM I (BALEIZÃO, BEJA). RESULTADOS DE DUAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM DOIS ESPAÇOS FUNERÁRIOS DO PERÍODO ROMANO E ANTIGUIDADE TARDIA.	49
José Filipe dos Reis Carvalho e Rui Ramos A ÂNFORA ROMANA DRESSSEL 1 (REI RAMIRO, CASTELO DE GAIA): CARACTERÍSTICAS E CONTEXTUALIZAÇÕES.	55
Rui Ramos e José Filipe dos Reis Carvalho O SÍTIO DO REI RAMIRO: CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DAS OCUPAÇÕES ANTIGAS NO MONTE DO CASTELO (VILA NOVA DE GAIA)	67
Francisco Raimundo e Tiago Gil PALÁCIO DOS FERRAZES (RUA DAS FLORES / RUA DA VITÓRIA, PORTO). SÍNTESE DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA.	83
Vanessa Rodrigues ANÁLISE ESTRATIGRÁFICA PARIETAL NA CONSERVAÇÃO E RESTAURO.	101



EDITORIAL

A *Apontamentos de Arqueologia e Património* completa em 2020 treze anos de existência. Se a isto somarmos os oito anos anteriores (e oito volumes publicados) da revista *ERA Arqueologia* e o arranque das séries monográficas (a *ERA Monográfica*, com três volumes editados, e a *Perdigões Monográfica*, com um publicado e outro no prelo), fica claro o empenhamento e o compromisso que a *ERA Arqueologia* sempre demonstrou na divulgação do resultado do seu trabalho. Um compromisso feito também de resiliência, porque os tempos nem sempre foram fáceis.

A publicação do décimo quarto volume ocorre, novamente, num contexto de dificuldades e de algumas (muitas) incertezas. Contudo, há já algum tempo que estava previsto para agora e a sua publicação não assume qualquer particular simbolismo ou declaração relativamente a este tempo que vivemos em Abril de 2020. Revela apenas o continuar resiliente de uma trajectória de direcção única (o que, como Almada Negreiros bem sublinhou, é o oposto de única direcção).

António Carlos Valera

PALÁCIO DOS FERRAZES (RUA DAS FLORES / RUA DA VITÓRIA, PORTO) SÍNTESE DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Francisco Raimundo ¹

Tiago Gil ²

Resumo:

Apresenta-se uma síntese preliminar dos trabalhos arqueológicos levados a cabo entre 2016 e 2018 no âmbito da Empreitada de Reconstrução e Reabilitação do Palácio dos Ferrazes, sito entre a Rua das Flores e a Rua da Vitória, em pleno Centro Histórico do Porto, classificado pela UNESCO como Património Mundial desde 1996.

Abstract:

Ferrazes palace (Flores street / Vitória street, Porto). Synthesis of the results of the archaeological intervention.

Brief synthesis of the archaeological works carried out between 2016 and 2018 within the scope of the Contract for Reconstruction and Rehabilitation of the “Palácio dos Ferrazes”, located between Flores and Vitória streets, in the heart of the Historic Centre of Oporto, classified as World Heritage by UNESCO since 1996.

1. Introdução

O conjunto arquitectónico do Palácio dos Ferrazes, comumente conhecido por Casa dos Ferrazes Bravo ou Casa dos Maias, encontra-se numa zona de elevada sensibilidade histórica e arqueológica, estando abrangida pelas servidões administrativas do Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar (inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO em 1996), da Zona Histórica do Porto e classificado como Imóvel de Interesse Público - Casa dos Ferrazes Bravos (IIP, Decreto n.º 45/93, DR/280 de 30-11-1993).

A área de implantação da empreitada englobava dois edifícios, um voltado à Rua das Flores e outro à Rua da Vitória, assim como a zona de logradouro existente entre eles composta por dois socalcos. Os dados históricos disponíveis (Afonso, 2008) situam a primeira construção nos alvares do século XVI, cuja evolução dará mais tarde origem à casa de uma das famílias mais notáveis do Porto de seiscentos, os Ferraz Bravo. O segundo edifício, situado na Rua da Vitória, albergava em tempos recentes (segunda metade do século XX) duas unidades fabris de pequena dimensão construídas sobre os alicerces de uma cocheira mandada erguer por Domingos de Oliveira Maia em meados do século XIX.

A empreitada em questão previa a reabilitação do Palacete, a construção de um novo edifício de 8 pisos voltado à rua da Vitória, a requalificação do logradouro e o restauro da capela oitocentista. Desta forma, a afectação da obra no edifício voltado à rua da Vitória foi total, implicando a demolição do edificado existente e o desaterro mecânico do lote até à cota da rua das Flores. Também os socalcos intermédios foram alvo de afectação total pelas acções de demolição e desaterro mecânico. O edificado correspondente ao Palácio dos Ferrazes foi totalmente reabilitado e remodelado, tendo sido demolidas a maioria das suas paredes interiores, substituídas as coberturas e os elementos estruturais em madeira, rebaixada a cota de soleira do edifício e acrescentado um piso ao corpo da ala poente, que foi ampliado para fazer a ligação ao novo edificado.

A abordagem arqueológica realizada teve por base o estudo histórico e espacial elaborado por José Ferrão Afonso em 2008, sob o título “A casa Ferraz-Bravo na rua das Flores do Porto”, bem como o Relatório Preliminar dos trabalhos Arqueológicos aí desenvolvidos no ano de 2008, pela empresa Era Arqueologia. Os trabalhos de acompanhamento arqueológico deram cumprimento às medidas de minimização propostas neste último, bem como ao parecer prévio emitido pela DRCN em Novembro 2016, e tiveram a duração de 24 meses.

Todos os trabalhos de demolição, desmonte de estruturas, levantamento de pisos e movimentação de terras foram alvo de acompanhamento arqueológico, tendo-se elaborado o registo

¹ Omnisknos Lda. (francisco.ray@hotmail.com)

² Arqueólogo (tiago_gil@sapo.pt)

fotográfico da evolução da empreitada, assim como o registo fotográfico e gráfico (à escala 1/20) dos elementos patrimoniais e de todos os vestígios/pormenores considerados úteis à compreensão da evolução do edificado. De salientar que durante o acompanhamento da demolição do edifício da Rua da Vitória, foram identificadas várias estruturas relacionadas com anteriores ocupações do espaço, o que conduziu à adopção de medidas de minimização que implicaram a escavação arqueológica em área de todo o patamar ao nível da Rua da Vitória³.



Figura 1 – Localização da área de intervenção na imagem satélite.

2. Enquadramento geográfico e histórico

Os imóveis alvo dos trabalhos de acompanhamento arqueológico situam-se entre a Rua das Flores (números 21 a 39) e a Rua da Vitória (149 a 157), ambas pertencentes às antigas Freguesias da Sé e da Vitória, que desde 2012, por força da reorganização administrativa do território, introduzida pela Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, integram a União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, criada por agregação das extintas freguesias de Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau e das anteriormente citadas.

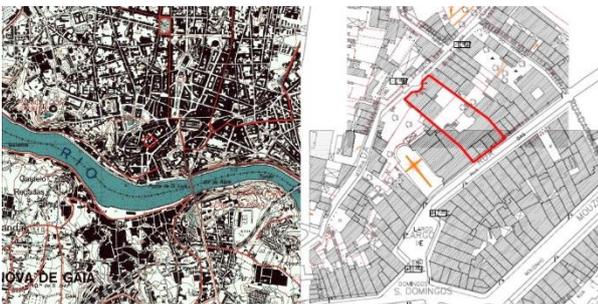


Figura 2 – Localização do sítio em excerto da Carta Militar de Portugal 1/25 000, folha número 122 e na Planta de Implantação à escala 1/20 000.

³ No decurso dos trabalhos integraram a equipa técnica de campo os arqueólogos Ana Cristina Hermínio, Carlos Jorge, Cristiana Valpaços, Fátima Costa, Marco Araújo Pereira, João Hipólito, José Nuno Gomes, Óscar Teixeira, Tiago Gil e Vítor Gomes, coordenados por Francisco Raimundo.

A Rua das Flores terá sido mandada rasgar no ano de 1521 por ordem do rei D. Manuel I, de forma a ligar o mosteiro feminino de S. Bento da Avé-Maria, construído em 1518, ao Largo e convento de S. Domingos. O traçado da mesma coincide com o da antiga estrada de Guimarães e promoveu os antigos caminhos das Barreiras e do rio da Vila a ruas de serviço das habitações que aí se vieram a construir (Afonso, 2008). O carácter inovador da rua deve-se à regularidade do loteamento, sobretudo na zona próxima ao Largo de São Domingos, com frentes de seis varas (6, 60 metros), e à considerável extensão dos lotes, onde existiriam grandes e flóreatos jardins que terão estado na origem do nome do novo arruamento, a Rua de Santa Catarina das Flores (Afonso, 2001).

A zona onde se erigiram as construções que mais tarde vieram a enformar o 'Palácio dos Ferrazes' integrava terrenos propriedade da Mitra da Sé do Porto, então conhecidos como as "Hortas do Bispo". Estes confrontavam com os do Cabido e com os terrenos da recém fundada Santa Casa da Misericórdia do Porto. Logo após a sua construção, a Rua das Flores adquire uma importância vital como eixo estruturante da dinâmica social e comercial da cidade intramuros e é nela que se instalam as residências das principais famílias aristocráticas e burguesas e as mais ricas lojas da cidade (Barbosa, 2015: 160).

Os Ferraz Bravo serão dos primeiros proprietários da rua. Em 1542, o Tombo das propriedades da Mitra refere Manuel Bravo como proprietário de três chãos, sendo que em dois deles já se achavam erigidas casas e no terceiro apenas os portais. Uma das casas terá pertencido a Manuel Carneiro e Ana Bravo (filha de Catarina Bravo, por sua vez sobrinha de Manuel Bravo) e outra a Martim Ferraz por casamento com Catarina Rebelo (filha de Manuel Bravo e Maria Carneiro), uniões que terão consolidando os laços entre as duas famílias, Bravo e Ferraz. Entre 1639 e 1697 a propriedade agregava já os quatro chãos, sendo dela proprietários Miguel Ferraz Bravo e seus irmãos (Afonso 2008).

Em 1746, ano em que se procedeu ao reconhecimento das propriedades da Mitra, da qual os quatro chãos eram foreiros, a habitação aparecia designada como 'morada de casas nobres'. Esta vedoria apresenta uma detalhada descrição do espaço construído. Segundo este documento, na fachada abriam-se apenas dois portões, quatro janelas de peitoril e duas portas pequenas, estas no corpo poente. A existência de janelas de peitoril poderá estar relacionada com uma ocupação comercial dos chãos do edifício, já que o aluguer das lojas para comércio era prática comum, também nas casas nobres (Afonso 2008).

O século que se seguiu à vedoria é o período menos conhecido e sobre o qual dispomos de parca ou nenhuma informação acerca dos proprietários do edifício. O Tombo da Mitra refere que a propriedade foi legada à casa professa de São Roque da Companhia de Jesus, que era a administradora do legado perpétuo de Bartolomeu Ferraz de Almeida, talvez o último elemento da família em posse do edifício. Assim, nas primeiras décadas do século XVIII este não estaria já na posse da família fundadora. Sabemos, todavia, que as princi-

país alterações ao edificado, sobretudo ao nível da fachada, terão ocorrido durante a segunda metade da centúria de setecentos.

Nos alvares do século XIX o proprietário do palácio era António de Oliveira Maia, como atesta o pedido de licenciamento de alterações na fachada aprovado a 27 de Maio de 1810 (Afonso 2008). Estas modificações contemplaram a transformação de duas janelas de peitoril em dois portões centrais, conferindo a monumentalidade e simetria que ainda se podem apreciar na fachada actual. A aquisição do edifício terá sido por compra, embora não disponhamos de nenhum documento que o confirme.



Figura 3 – Localização do palácio em extracto da Planta de Perry Vidal (1844) e do Levantamento de Teles Ferreira (1880/92)

Com a morte de António Maia, sucedeu-lhe na casa o seu filho Domingos de Oliveira Maia, que será porventura o proprietário mais conhecido da ‘Casa dos Ferrazes Bravo’, ou ‘Casa dos Maias’, como terá passado a ser designada no século XIX. Este promoveu alterações importantes no Palácio e no jardim do mesmo, saindo da sua pena o projecto de construção da cocheira voltada à Rua da Vitória datado de 1851. Este grande capitalista da cidade do Porto de oitocentos, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real – foi também director do Banco Comercial do Porto, Jurado da Inspeção-geral dos Teatros e Espectáculos Públicos Nacionais, Irmão da Real Irmandade da Ordem de Nossa Senhora da Lapa e Membro da Comissão da Câmara Municipal do Porto para levantar o monumento a Dom Pedro V - é reconhecido pelos seus projectos e realizações arquitectónicas, das quais se destaca a Casa do Passeio Alegre (Graça 2007). Domingos de Oliveira Maia, quer pelos vínculos familiares, quer pelos cargos que exerceu, assumiu uma posição privilegiada na sociedade portuense da primeira metade do século XIX. Muito mais do que aristocrata ou negociante – ou ‘comerciante’, como jocosamente o tratavam alguns – Oliveira Maia era um ilustrado viajante (Resende 2017: 345) que conhecia as principais cidades da Europa (Graça 2007: 323-325; Encarnação 2012-2013: 126) e dispunha de uma vasta e diversa rede de contactos dentro e fora do país. Estas particularidades ajudarão a compreender em parte as transformações levadas a cabo no edificado do palácio.

Após a morte deste, a casa foi herdada pela sua irmã Maria Ludovina de Oliveira Maia. A partir daí sabemos muito pouco sobre o destino do Palácio, apenas que terá ficado na posse

dos herdeiros desta até finais do século XX. Nesse século, o edifício foi ocupado por algumas lojas das quais se destacam o alfarrabista Chaminé da Mota e a Barbearia Brasão (Afonso, 2008). Também o edifício voltado à rua da Vitória sofreu alterações importantes durante este período, tendo sido dividido em duas unidades autónomas onde terão laborado duas indústrias, encontrando-se, muito provavelmente, já desanejado do lote correspondente ao palácio.

Nos últimos anos do século XX, tanto o palácio como o edificado voltado à rua da Vitória entraram num processo acelerado de degradação que apenas viria a ser revertido com o início da empreitada de reabilitação no ano de 2016, com vista à construção do “Hotel Palácio dos Ferrazes”, inaugurado em Setembro de 2019 sob o nome de “Hotel Portobay Flores”.



Figura 4 – Fachada do Palácio dos Ferrazes aquando do início da empreitada.



Figura 5 – Vista da fachada do edifício sito na rua da Vitória aquando do início da empreitada

3. Trabalhos arqueológicos

Os trabalhos arqueológicos decorreram entre os meses de Novembro de 2016 e 2018 na totalidade da área a ser interencionada pela empreitada de reconstrução e ampliação do Palácio dos Ferrazes, com especial enfoque no edifício correspondente ao Palácio e no edificado voltado à Rua da Vitória. Todas as acções que implicaram demolições, desaterros,

abertura de valas e escavação (manual e mecânica), no subsolo e no edificado do palácio, pátio exterior, socalcos e unidades fabris, foram objecto de registo fotográfico e, sempre que possível, de registo gráfico e descritivo, o que originou um portefólio de 171 desenhos de campo, na sua grande maioria à escala 1/20.

Desta forma e no sentido de melhor articular os trabalhos e os resultados daí decorrentes, a área de intervenção foi dividida em 3 sectores, correspondendo o [I] ao edifício do Palácio, Pátio exterior e Capela, o [II] aos socalcos superiores, e o [III] ao patamar voltado à rua da Vitória, que engloba as duas parcelas onde terão funcionado as unidades fabris.



Figura 6 – Identificação dos sectores na Planta de Projecto.

No decorrer dos trabalhos de acompanhamento arqueológico na área correspondente ao edificado voltado à Rua da Vitória, e quando se acompanhava a remoção dos pisos térreos, foram identificadas várias estruturas que aparentavam não corresponder ao edificado datado do século XX. A possibilidade destas poderem estar relacionadas com a cocheira projetada por Domingos de Oliveira Maia no século XIX ou com alguma construção de cronologia anterior, conduziu à suspensão dos trabalhos e à comunicação com as entidades tutelares, sendo que as medidas de minimização a implementar, à semelhança do que fora proposto no relatório das sondagens de diagnóstico realizadas em 2008, passariam pela escavação de toda a área por forma a registar e caracterizar os vestígios identificados.

3.1 Acompanhamento Arqueológico

A complexidade da intervenção e a sua considerável duração no tempo originou um conjunto relevante de dados que procuraremos aqui sistematizar. Por forma a facilitar a descrição das acções alvo de acompanhamento arqueológico (faseadas no tempo e no espaço, mercê da evolução da empreitada), os

elementos patrimoniais identificados e as medidas de minimização adoptadas, optamos pela descrição das mesmas por sector tendo em conta a sua localização no levantamento do edificado.

Estes trabalhos principiaram com o registo fotográfico genérico do edificado do Palácio, dos socalcos exteriores e dos edifícios sitos na Rua da Vitória, com especial atenção às fachadas, alçados interiores e exteriores, pormenores construtivos e elementos patrimoniais relevantes, por forma a reunir um registo sistemático do espaço construído e dos seus componentes. Este registo é complementado pelo levantamento 3D do Palácio realizado pela empresa PLANITOP.

Sector I

No edifício correspondente ao Palácio foram desmontados e removidos todos os madeiramentos e revestimentos de telha que compunham as estruturas de cobertura do edificado – tanto do corpo fronteiro à Rua das Flores, como do corpo interior e respectivas alas – à excepção da capela e daquelas que já se encontravam derruídas fruto do estado de degradação do edifício (como era o caso da cobertura e tecto do salão 4). Estas acções implicaram também a desmontagem dos tectos e soalhos de vários compartimentos, tendo sido possível registar as técnicas construtivas e identificar uma série de marcas gravadas nos travejamentos.



Figura 7 – Vista sobre o Palácio após a desmontagem da cobertura.

Na ala poente, procedeu-se ao desmonte das paredes que compunham a caixa de casas de banho comum aos vários pisos – as quais na sua maioria haviam sido entaipadas e funcionariam como arrumações – o que comportou a demolição das paredes de tabique, das estruturas de ventilação e o desmonte dos soalhos e das escadarias de acesso aos vários pisos. Ao nível do primeiro andar, onde se situava a cozinha mais antiga do Palácio, o desmonte do lajeado do compartimento e o posterior rebaixamento da cota revelou a existência

de depósitos relacionados com níveis de aterro para a regularização do terreno. Ao nível do segundo andar, o desmonte da parede Noroeste revelou o reaproveitamento de três padieiras trabalhadas e dois fragmentos de colunas, muito provavelmente relacionados com uma antiga lareira, cuja planta de calcava aquela existente no piso inferior.

No corpo interior, ao nível do terceiro piso, a picagem das três paredes transversais permitiu observar as costuras que indiciam o alteamento do antigo sótão para a construção do terceiro e quarto andares, e posterior edificação da varanda que dá para o pátio exterior, que terá assentado na cornija do edifício existente.

Ao nível do piso térreo do palácio, que constituía a área de maior sensibilidade arqueológica, as ações da empreitada implicaram a picagem e demolição de paredes interiores, o alargamento e reconversão de vãos, bem como o rebaixamento da cota do edifício (em algumas zonas até cerca de 1 metro), o que exigiu a abertura de valas para o reforço das fundações, o cuidado levantamento dos pisos existentes (na sua maioria lajeados graníticos que haviam sido cobertos por uma fina capa de cimento) e o acompanhamento dos trabalhos de escavação manual e mecânica. Estes trabalhos colocaram a descoberto uma série de estruturas relacionadas com a drenagem das águas pluviais e saneamento, diferentes na sua morfologia, traçado e materiais utilizados. Na zona nascente do edifício, identificou-se ainda o arranque de uma estrutura que poderá corresponder a uma antiga manjedoura.

A picagem da parede exterior do edifício correspondente à fachada voltada à Rua das Flores permitiu observar as alterações introduzidas durante o século XVIII, nomeadamente a adição dos frontões que encimam os vãos do primeiro piso.



Figura 8 – Perspectiva da possível manjedoura.

Na área correspondente ao pátio exterior e à capela, que terá sido adossada à ala poente do edifício já no século XVIII, o acompanhamento arqueológico incidiu sobre a remoção dos lajeados, o desmonte das escadarias de acesso ao socalco e do muro de sustentação do mesmo, e a escavação mecânica para a construção do túnel de acesso ao novo edifício.

Sector II

Neste sector, composto pelos dois socalcos intermédios, as ações decorrentes da empreitada previam a demolição de todas as estruturas existentes (muros de sustentação, escadarias de acesso, estruturas de armazenamento e condução de água), a abertura das sapatas para o reforço das paredes meias e o desaterro por meios mecânicos de toda a área por forma a erigir as fundações do novo edifício.

Estas ações permitiram identificar, na adjacência da capela, um poço de planta circular com cerca de 1,15m de diâmetro e mais de 12 m de profundidade, construído em blocos de grandes dimensões e coberto por lajes de granito. Foi também registada a escadaria que completava o acesso entre o palácio e a cocheira, representada na Planta de Teles Ferreira de finais do século XIX.

Ao nível do terceiro socalco, identificou-se um vão que havia sido entaipado – muito provavelmente já no século XX quando se procedeu à divisão do lote – por onde passaria a escadaria de acesso ao interior da cocheira do século XIX, bem como o arranque de um muro de sustentação que poderá corresponder ao quarto socalco descrito na vedoria de 1746 e que terá sido desmantelado aquando da construção da cocheira.



Figura 9 – Vista dos socalcos aquando o início da empreitada.



Figura 10 – Vestígios do muro de sustentação do quarto socalco (que terá sido desmantelado para a construção da cocheira).

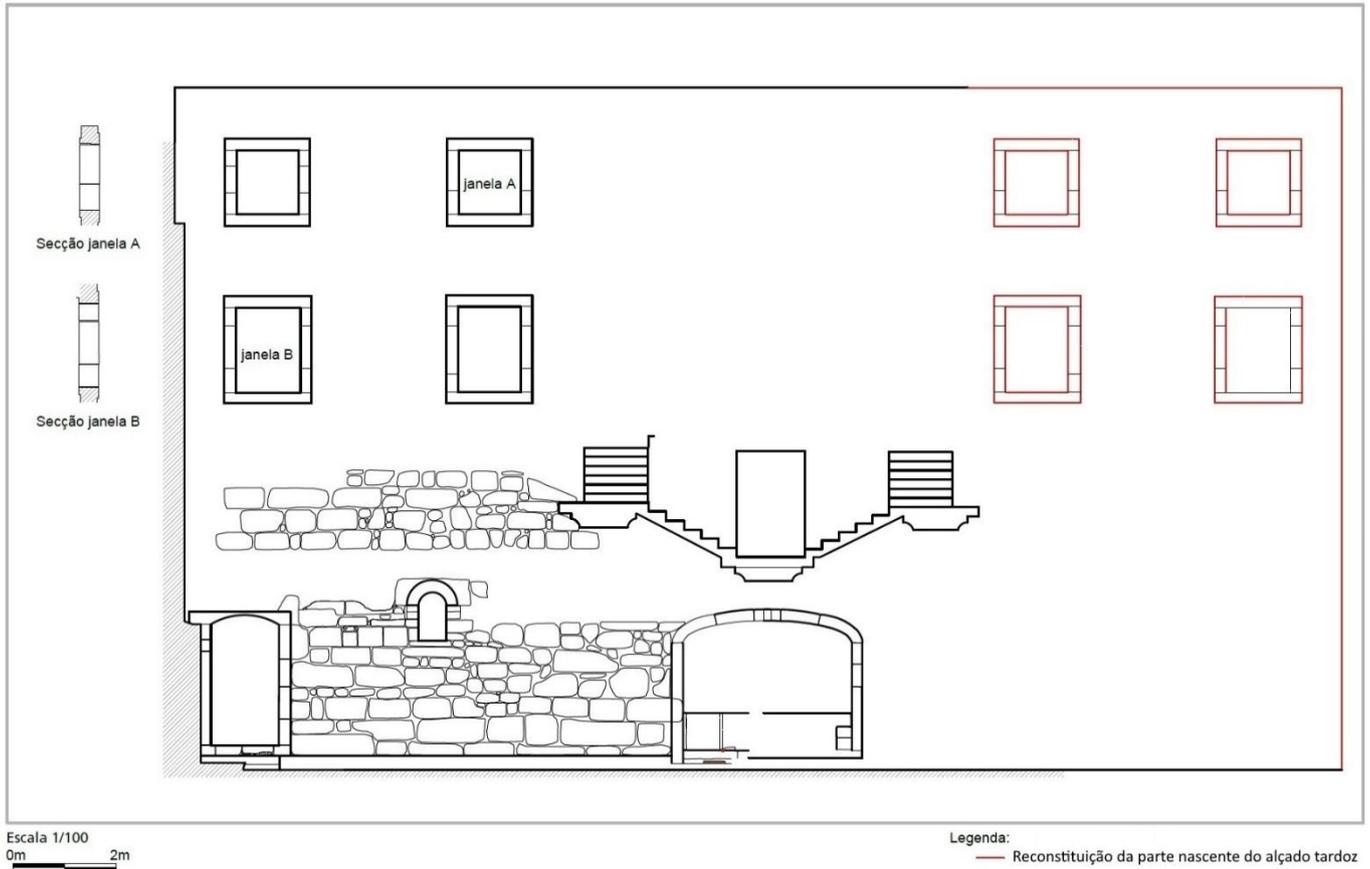


Figura 11 – Reconstituição do alçado tardoz da cocheira.

Sector III

Este sector corresponde 'grosso modo' aos dois lotes voltados para a rua da Vitória. As acções de demolição permitiram o registo de pormenores relacionados com as transformações do edificado em meados do século XX, assim como de estruturas relacionadas com a cocheira construída no século XIX.

Nas paredes meeiras com os lotes contíguos eram ainda perceptíveis as marcas do alteamento da fachada voltada à Rua da Vitória. O 'negativo' identificado na parede meeira a nascente corresponderá ao da cobertura original da cocheira. Também na parede poente foi possível observar o acrescento feito ao muro divisório e os três encaixes que serviriam de suporte ao segundo piso da cocheira.

Durante o desmonte da parede tardoz do edificado, identificaram-se as duas andainas de escadas que permitiam o acesso ao interior da cocheira, bem como as quatro janelas originais da parte poente. Desta forma, foi possível elaborar uma reconstituição de todo alçado tardoz da cocheira. Foi também possível colocar a descoberto parte de um lajeado de grandes dimensões, provavelmente associado ao piso de circulação da cocheira e que cobriria toda a área do lote.

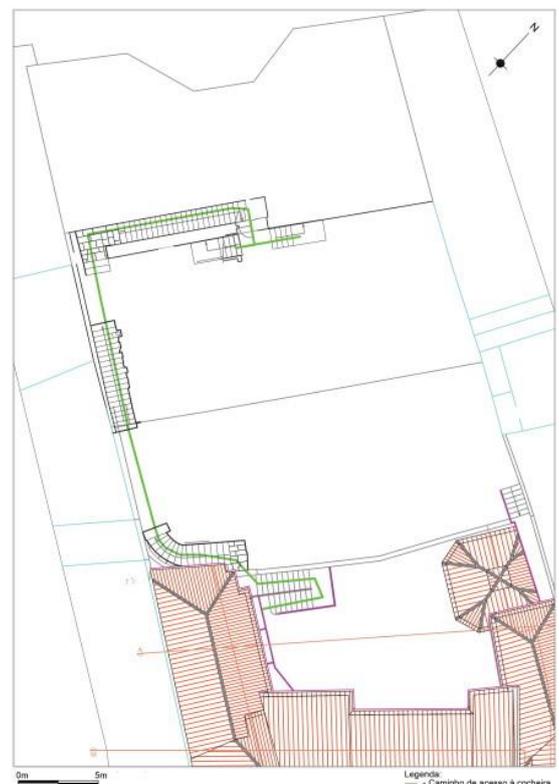


Figura 12 – Planta das escadarias de acesso à cocheira.



Figura 13 – Vista do alçado tardoz do edifício sito na Rua da Vitória.

3.2 Escavação Arqueológica

Constrangimentos relacionados com o decorrer da empreitada e a necessidade de manter parte do patamar a intervenção para apoio aos trabalhos de desaterro a desenvolver nos socalcos inferiores, não permitiram a intervenção simultânea em toda a área, pelo que os trabalhos de escavação arqueológica sucederam em quatro fases distintas.

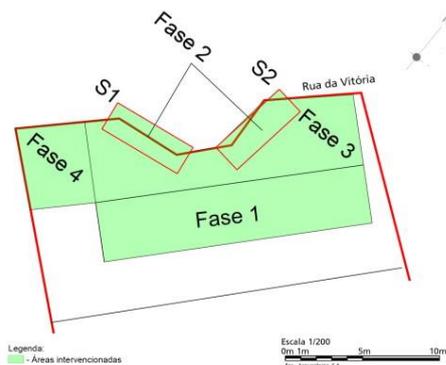


Figura 14 – Esquema da área intervencionada durante as várias fases de escavação.

A **primeira fase** incidiu sobre a parte central mais recuada do patamar, onde foram identificados os muros correspondentes ao alicerce da cocheira da segunda metade do século XIX, que se encontravam preenchidos por vários depósitos associados a uma regularização da cota do socalco para a construção da cocheira. Foi também colocada a descoberto parte da parede tardoz da cocheira construída em alvenaria de pedra de grandes dimensões e argamassa, que se encontrava suportada por dois contrafortes interiores em alvenaria preenchida com pedra miúda e argamassa. Adossados a estes existiam dois muros de construção semelhante, mas de menor profundidade, que parecem corresponder a alicerces para suporte das paredes representadas na planta de 1851. Sob estas estruturas situava-se uma fonte e respectiva mina de água que serão coetâneas da construção da cocheira.

A **segunda fase** consistiu na abertura de duas sondagens (S1 e S2) na zona central do lote – decorrente da necessidade de construir duas sapatas de apoio à auto-grua, imprescindível

para içar a maquinaria da obra – e colocou a descoberto a continuação dos muros identificados na primeira fase e de parte do alicerce correspondente à fachada da cocheira do século XIX.

A **terceira fase** incidiu sobre toda a parte nascente do patamar e aquela por escavar entre as duas sondagens acima descritas e revelou a continuação das estruturas correspondentes ao edificado da cocheira: a fachada e respectivo alicerce, os dois contrafortes interiores e os alicerces a estes adossados, já descritos na primeira fase.

Abaixo destas identificou-se uma construção de planta aparentemente rectangular, em alvenaria de pedra miúda e argamassa, rebocada e pintada de cinzento na face exterior voltada ao Palácio. Esta estrutura corresponderá a um edifício mais antigo e terá sido cortada pela construção da mina de água que abastecia a fonte embutida na parede tardoz da cocheira. No topo desta estrutura eram ainda visíveis os negativos correspondentes a entalhes onde assentariam estruturas perecíveis (tabique?). Os materiais aí exumados apontam para uma cronologia entre finais do século XVII e inícios do século XVIII



Figura 15 – Vista aérea das estruturas identificadas no decorrer da primeira fase de escavação.

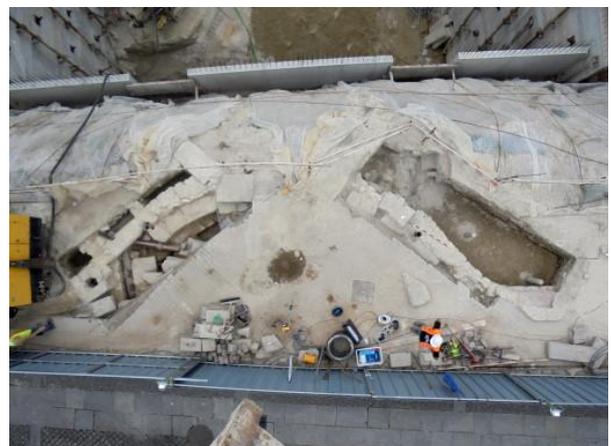


Figura 16 – Vista aérea das estruturas identificadas no decorrer da segunda fase de escavação.



Figura 17 – Vista aérea das estruturas identificadas no decorrer da terceira fase de escavação.

A **quarta fase** (e última) incidiu na parte poente da plataforma, junto à parede meeira com a Santa Casa da Misericórdia, e permitiu confirmar a continuação das estruturas relacionadas com as duas ocupações já conhecidas, que se estendiam até ao limite do lote. Sob estes vestígios, registou-se ainda parte de um muro em alvenaria de pedra seca que pertenceria a uma construção anterior, cuja cronologia não foi possível aferir dada a ausência de espólio associado.



Figura 18 – Vista aérea das estruturas identificadas no decorrer da última fase de escavação.

4. Síntese dos resultados

A intervenção arqueológica levada a cabo permitiu reunir um conjunto considerável de elementos relativos à ocupação do espaço, sobretudo aqueles que testemunham as transformações ocorridas durante a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX. Para os séculos anteriores e posteriores a este intervalo, os elementos são mais escassos, materializando-se sobretudo na tessitura do edificado e não tanto no espólio material recolhido.

4.1 Espólio

O espólio recolhido durante a intervenção arqueológica é composto por fragmentos de faiança, cerâmica comum e de construção, cerâmica vidrada, peças azulejares, recipientes de grés e vidro, algumas moedas e fragmentos de porcelana, que remetem para um intervalo cronológico genérico entre o século XVII e o XX (Época Moderna/Contemporânea).

Dos materiais recolhidos abaixo da cota do piso da cozinha (ala poente, 1º andar), destacam-se vários fragmentos de um prato de faiança portuguesa do século XVII, com motivos florais pintados a azul que não se encontram enquadrados em linhas delimitadoras (não muito habituais na faiança deste século). No que respeita à cerâmica comum predominam as produções da região de Aveiro/Ovar, sobretudo potes e jarros, de cor vermelha, pastas bem calibradas e superfícies lisas (alguns dos quais com vestígios de fogo) mas também com decoração brunida ou com recurso a pontilhado, situadas num espectro cronológico entre o século XVII e o XVIII. Foram ainda identificados fragmentos de cerâmica comum preta, entre as quais são de relevar as produções da região do Douro (nomeadamente de São Martinho de Mouros/Felgar) e as de Coimbra, ambas com cronologias situadas entre os séculos XVII e XVIII. É de salientar também ainda a presença de fragmentos de cerâmica com vidrado de chumbo de cores esverdeada e melada, com uma cronologia semelhante às acima referidas.

No que concerne ao espólio numismático, destacam-se um exemplar de “X reis” de cobre de D. José I (176...? - anverso:

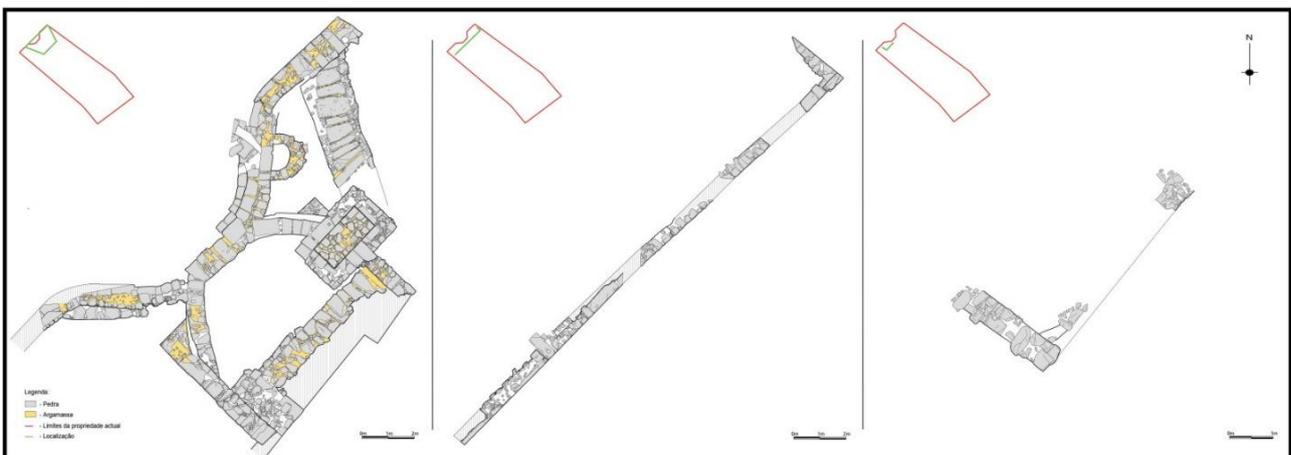


Figura 19 – Planta das estruturas identificadas (correspondentes às diferentes fases de ocupação do espaço: 1 - Cocheira do século XIX; 2 – Edifício do século XVIII/XVIII; 3 – estrutura de cronologia anterior ao século XVIII).

IOSEPHUS.I.DEI.GRATIA; reverso: #PORTUGALIAE.ET.AL-GARBIORUM.REX) identificado por debaixo do lajeado de um dos salões fronteiros do Palácio (piso térreo), e um exemplar de “XX reis” de bronze de D. Luís (1883), recolhido na base da escadaria de madeira ao nível do piso 1 da ala ponte.

Dos contextos alvo de escavação arqueológica, sobretudo nos níveis de aterro superiores, a maioria do espólio é composta por peças de loiça utilitária em faiança, de produção nacional, policromadas, com pintura a azul e sem pintura, sendo que as formas mais comuns são as tigelas e os pratos. Prevaecem também os fragmentos de faiança do século XVIII, correspondentes a faianças sem pintura, com pintura a azul, com pintura a azul e vinoso, e verde e vinoso.



Figura 20 – Faiança decorada a azul e vinoso.



Figura 21 – Fragmentos de vidro de chumbo e de faiança pintada a azul.

No que concerne a cerâmica comum, predomina a preta e vermelha, integrante de jarros e potes, bem como os vidrados de chumbo, pertencentes a alguidares e caçoilas. Pela sua particularidade no conjunto dos materiais de escavação, sobressaem os fragmentos de cerâmica vermelha com decoração

pintada a branco, provavelmente do séc. XVII-XVIII, correspondentes a produções da região de Aveiro-Ovar.

Para além destes conjuntos de cronologia contemporânea, assumem especial importância aqueles exumados nas camadas associadas a contextos anteriores à cocheira do século XIX e que ajudam a apurar a cronologia das estruturas identificadas. Destacam-se assim os fragmentos de faianças pintadas a azul com motivos rendilhados, as de linhas concêntricas em azul preenchidas em vinoso com rabiscos ou espiraliformes, atribuíveis ao século XVII, bem como os vidrados de chumbo de cor esverdeada, de cronologia semelhante. No que respeita à cerâmica comum, destacam-se as produções do Prado e as de Aveiro, com uma cronologia atribuível aos finais do século XVII e inícios do século XVIII.

4.2 Pormenores e elementos construtivos

A análise estrutural feita a partir do cruzamento dos dados recolhidos durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico, possibilitou a caracterização de alguns elementos construtivos que integravam o edificado do Palácio, bem como de várias estruturas associadas ao abastecimento e condução de águas. Identificaram-se ainda diversas marcas gravadas na madeira e na pedra, dispersas pelos vigamentos dos soalhos, paramentos e pisos do edificado.

Paredes e divisória interiores

Ao nível das paredes e divisórias interiores predominam as alvenarias de pedra argamassada e os tabiques. Relativamente às alvenarias de pedra, foram identificadas duas tipologias que parecem corresponder a fases distintas de construção do palácio, e marcam uma clara diferença entre os primeiros pisos (piso térreo e primeiro piso) em relação aos pisos superiores. No que respeita às divisórias em tabique, podemos observar a existência de 3 tipologias que poderão estar associadas a diferentes fases de construção/remodelação do edificado: taipa de rodízio com travamento, taipa de fasquio e uma taipa de fasquio mais cuidada e regular. Estas paredes interiores são sobretudo usadas para a compartimentação dos pisos e ajudam a garantir a estabilidade das coberturas e dos pavimentos.

Estruturas de abastecimento, encaminhamento e aprovisionamento de águas

Segundo a vedoria de 1746 existiriam quatro fontes que se distribuíam pelos quatro socalcos ou tabuleiros que compunham o logradouro da casa nobre. Dessas quatro, apenas duas parecem ter perdurado: a fonte com mascarão ao gosto renascentista sita no piso térreo e aquela embutida no muro de sustentação do socalco superior. Desconhecemos a proveniência da água que abastecia estas estruturas, mas não será despropositado afirmar que proviria do aqueduto de Paranhos que seguia até ao chafariz do Olival.

A fonte localizada no terceiro socalco estará associada à construção da cocheira do século XIX e parece reproduzir a morfologia daquela existente no segundo socalco. Esta estru-

tura, de planta rectangular e abóbada em arco abatido, integrava um tanque formado por quatro grandes blocos graníticos. O abastecimento desta fonte era feito por uma mina, de corredor em forma de 'L' por onde corriam várias canalizações. No patamar em que se construiu esta fonte terá existido outra (segundo a descrição de 1756), da qual sobrou apenas parte de uma canalização identificada no decorrer dos trabalhos de desaterro mecânico.



Figura 22 – Vista da fonte embutida no muro de sustentação do soalco 3.

Outra estrutura de cariz particular e relacionada com o aprovisionamento de água do palácio é o poço identificado na adjacência da capela, no extremo nascente do soalco.

Relativamente às estruturas de condução e encaminhamento de águas pluviais, destacam-se os vários aquedutos, encanamentos, caneiros e canalizações identificados nos soalcos, pátio exterior e piso térreo do palácio. Os aquedutos são na

sua totalidade construídos em alvenaria de pedra de média e grande dimensão com capeamento de lajes graníticas e argamassa de saibro e cal. As restantes estruturas de encaminhamento de águas são construídas com recurso a telhas de meia cana, tubagens cerâmicas, sulcos nos pavimentos e canais graníticos.

Marcas, signos e inscrições

Durante os trabalhos de remoção dos soalhos que compunham os vários pisos do Palácio foi possível detectar um total de 32 marcas inscritas nos vigamentos de suporte em madeira. Por se tratar de uma realidade pouco estudada à luz dos trabalhos arqueológicos, não dispomos de informação suficiente que permita uma interpretação destas marcas. À semelhança das marcas de canteiro, poderão estar relacionadas com as oficinas que produziram os travejamentos ou remeterem para locais específicos no conjunto de traves ou no compartimento. A maior parte das marcas parece corresponder a siglas e letras do alfabeto, que podem aparecer isoladas ou em associação. Dos 32 travejamentos inventariados, 22 apresentam marcas isoladas, 8 são gravados com várias marcas e 2 encontram-se marcados com siglas. Todas as marcas foram identificadas nas extremidades dos travejamentos junto das zonas de encaixe, sendo que o suporte mais comum é a madeira de castanho.

Relativamente àquelas inscritas na pedra, destacam-se: uma estrela pentagonal gravada no pilar de sustentação norte do arco central sito no piso térreo; as siglas P. e M. gravadas na base das ombreiras de dois dos vãos que compõem a fachada ao nível do rés-do-chão (portas 29 e 39, respectivamente); o cruciforme com base circular gravado no arco nascente do corredor tardoz, bem como outros três identificados nas lajes

(registo de campo nº 1)	(registo de campo nº 2)	(registo de campo nº 3)	(registo de campo nº 4)	(registo de campo nº 5)	(registo de campo nº 6)	(registo de campo nº 7)
(registo de campo nº 8)	(registo de campo nº 9)	(registo de campo nº 10)	(registo de campo nº 11)	(registo de campo nº 12)	(registo de campo nº 13)	(registo de campo nº 14)
(registo de campo nº 15)	(registo de campo nº 16)	(registo de campo nº 17)	(registo de campo nº 18)	(registo de campo nº 19)	(registo de campo nº 20)	(registo de campo nº 21)
(registo de campo nº 22)	(registo de campo nº 23)	(registo de campo nº 24)	(registo de campo nº 25)	(registo de campo nº 26)	(registo de campo nº 27)	(registo de campo nº 28)
(registo de campo nº 29)	(registo de campo nº 30)	(registo de campo nº 31)	(registo de campo nº 32)			

Figura 23 – Quadro genérico de todas as marcas identificadas nos travejamentos de suporte dos soalhos.

que compunham o piso do pátio exterior (dois simples e um outro com base semicircular). Estas marcas poderão enquadrar-se no corpus de simbologia religiosa associada às comunidades cristãs-novas, e são muito comuns nos vãos das portas dos núcleos populacionais da raia Beirã. Todavia, este tipo de manifestações não se reduz apenas a símbolos identificativos da crença religiosa, mas têm também – sobretudo – um cariz apotropaico, relacionado com a protecção das propriedades, dos edifícios, dos espaços públicos e das pessoas (Osório 2014: 162).

Durante o desmonte da conduta da mina de água que abastecia a fonte existente no socalco 2, foi identificada uma inscrição num dos silhares reaproveitados. As letras representadas parecem corresponder ao zain e ao phe do hebraico manuscrito antigo e poderão reportar para o salmo 119 (composto por 22 grupos de oito versos, sendo que os oito versos de cada grupo começam com uma das letras do alfabeto hebraico). O conteúdo dos versos correspondentes a estas duas letras sugere que o gravador parecia querer esconder a sua fé e poderá estar associada à comunidade de judeus cristianizados que viveu nas imediações durante os séculos XVI/XVII⁴.

4.3 Elementos com valor patrimonial

Avisados pelo estudo histórico, pela observação prévia do edificado e pelas recomendações constantes no PATA, procedemos à sinalização de vários elementos com valor patrimonial e histórico por forma a garantir a sua salvaguarda durante a empreitada. Dos elementos sinalizados, um viria a ser afectado por a sua preservação in situ ser incompatível com o previsto no projecto de arquitectura, outros dois por incidentes decorrentes das acções da empreitada.

Se no primeiro caso, o projecto de arquitectura previra já a realocação/remontagem das janelas quinhentistas em área a definir, os restantes dois, a fonte com mascarão em granito e o forno da cozinha do primeiro piso, foram irremediavelmente afectados, tendo sido propostas medidas de minimização no sentido de garantir ao máximo o seu rigor histórico e arquitectónico.

Entre os elementos assinalados contam-se:

- **A dupla janela de peitoril e mainel central**, gradeada, sita numa parede transversal do corredor poente do piso térreo, relacionada com as habitações anteriores ao século XVIII. As suas características formais apontam para o século XVI e são próprias do formulário renascentista (AFONSO, 2008). Durante as acções de picagem dos rebocos e desmonte da parede não foi possível confirmar tratar-se de uma construção original ou de um reaproveitamento dos elementos quinhentistas em construção posterior.

⁴ Agradecemos estas informações à Dra. Orquídea do Céu Ferreira Félix, Técnica Superior da Área de História (Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto).



Figura 24 – Vista da dupla janela de peitoril e mainel central.

Pertencendo hipoteticamente ao conjunto dos elementos construtivos mais antigos identificados na área do palácio – mesmo que fora do seu contexto original – foi sugerida como medida de minimização a sua remontagem na zona que integra o corredor de acesso ao novo edifício, destacando o seu valor histórico (enquanto testemunho arquitectónico) de forma limpa e seguindo uma lógica expositiva integradora.

- O **portal quinhentista** com umbrais de granito aparelhado e esquinas chanfradas. Este vão poderá estar relacionado com a primitiva casa da família Ferraz/Bravo situada num dos chãos aforados à mitra, embora tenha sido encurtado com a colocação de outra ombreira. A medida de minimização proposta passava pelo destaque desta estrutura no contexto do corredor de acesso ao novo edifício (conjuntamente com as janelas acima descritas), facto que não se veio a verificar por incompatibilidade com o projecto de arquitectura.

- A **fonte com mascarão** em granito esculpido ao gosto renascentista e do qual jorrava a água por uma pequena bica. É composta por uma pia de planta rectangular, abastecida por um aqueduto em alvenaria de pedra incluso na parede tardoz do edifício, e teria uma saída de água secundária que ligaria ao tanque existente por baixo do arco poente do corredor tardoz (a julgar pelas argolas pétreas identificadas no muro de sustentação do pátio exterior). No sopé da fonte encontrava-se um poial granítico trabalhado com um orifício circular que escoaria o excesso de água para as canalizações existentes por baixo do piso.

Durante os trabalhos de reforço das sapatas do edifício parte desta estrutura ruiu, tendo sido impossível recuperar todos os elementos que a compunham. Como medida de minimização foi sugerida a remontagem fiel ao original e a reprodução das peças em falta. O facto das sapatas da parede que suportava a fonte terem sido betonadas e a sua cota alteada, impossibilitou a correcta remontagem da estrutura, tendo o espaldar da fonte sido encurtado e o poial alteado.

- A **cozinha situada no primeiro piso**, com a sua lareira de grandes dimensões, dispensa e forno. A lareira de planta tripartida, seria inicialmente composta por compartimentos comunicantes que terão sido encerrados. No compartimento esquerdo foi construída uma despensa com cúpula em tijolo

burro e no direito um forno a lenha. Esta estrutura, pelas suas dimensões e características peculiares, constitui um dos elementos mais representativos do quotidiano do palácio dos últimos séculos.

Durante os trabalhos de demolição da parede noroeste da cozinha, o compartimento direito foi bastante afectado, tendo sido necessário proceder ao seu desmonte por forma a salvar os elementos que o compunham. Posteriormente, e como medida de minimização, procedeu-se à remontagem da cúpula do forno utilizando os materiais originais, bem como da chaminé e do cinzeiro. Os blocos pétreos danificados foram substituídos por réplicas fiéis aos originais, tendo por base o registo gráfico e fotográfico produzido durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico. Por forma a salvar os elementos que compunham a chaminé (tijolo burro), já bastante danificados pelo desgaste do tempo e do uso, estes foram rebocados com argamassa de cal.



Figura 25 – Vista da fonte com o mascarão.



Figura 26 – Vista da chaminé da cozinha do primeiro piso.

- A **cozinha do segundo piso**, com a chaminé em tijolo burro e forno lateral. Esta estrutura foi também afectada pela demolição da parede noroeste, no decorrer da qual foram identificados vários blocos graníticos que pertenceriam a uma lareira mais antiga de planta semelhante à que ainda se encontra no piso inferior. A chaminé, que já se encontrava cortada pelo telhado do compartimento, foi completamente rebocada por forma a salvar os elementos que a compunham. Foi feita uma proposta de reconstituição da lareira que acabou por ser incluída no projecto de arquitectura.

- A **capela**, atribuída ao traço do arquitecto italiano Nicolau Nasoni, que não foi intervençionada durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico. Todavia, a observação atenta do seu interior permitiu perceber que a capela poderá não ter sido trasladada da Casa dos Novais que se situaria na mesma rua (AFONSO, 2008) e tratar-se de uma construção ex nihilo. O vão existente na parede noroeste não é visível no alçado exterior, o que poderá indiciar que se tratará apenas de uma réplica da porta que lhe está defronte. A ausência de cornija na parede noroeste, bem como a inexistência de moldura no vão da janela da mesma parede, parecem corroborar estas ilações.

- Parte de um **piso cerâmico de pintura em encáustica**, produzido na Usine de Carreaux Céramiques Boch Frères (Nord, França) no ano de 1890. Este apresenta uma paleta de cores



Figura 27 – Vista da capela no início da empreitada.

subtil e algo discreta e retrata uma temática vegetal popular dos inícios da *Art Nouveau*, sendo que os mosaicos que o integram terão sido produzidos e pintados manualmente, o que lhes confere uma certa individualidade. O campo principal é enquadrado por um emolduramento de influência mourisca, característico de outros mosaicos da Boch Frères. Este piso achava-se colocado junto à soleira da porta 21 do rés-do-chão do Palácio, fora do seu contexto original, dado que se encontra incompleto e algumas das peças integrantes da moldura interior foram cortadas e afeioadas à soleira. Durante a intervenção, procedeu-se ao seu cuidado levantamento e ao registo de todas as peças, tendo sido posteriormente remontado em lugar central do corredor tardo, situado no rés-do-chão do Palácio.



Figura 28 – Vista da entrada onde se encontrava o piso cerâmico (porta 21, rés-do-chão do Palácio).

5. Síntese interpretativa

O cruzamento dos dados resultantes dos trabalhos arqueológicos com as informações recolhidas na pesquisa documental preliminar, assim como alguma cartografia histórica da cidade do Porto, permitem avançar algumas considerações acerca da evolução do espaço construído.

Dos três chãos ao Palácio. A abertura da rua de Santa Catarina das Flores, em 1521, cerca do núcleo mercantil da cidade medieval, atraiu uma série de famílias da aristocracia, mas também mercadores, que aí se estabeleceram durante o período de franca prosperidade económica e de expansão urbana da cidade. É o caso da família Bravo que era proprietária de três chãos, em dois dos quais já se achariam edificadas casas e no outro o primeiro nível da fachada principal, conforme refere o Tombo das propriedades da Mitra datado de 1542. Mais tarde, a estes três chãos viria a ser acrescentado um outro. Sabemos que no século XVII a propriedade integra já os quatro chãos, estando na posse da família Ferraz Bravo que a manteve no seu seio pelo menos até aos inícios do século XVIII. Deste período dispomos de pouca informação concreta. Recorrendo à vedoria de 1746, na qual esta aparece designada como “huma morada da cazas nobres”, e são refe-

ridos o pátio e o jardim, sabemos que estes terão sido acrescentados às habitações primitivas já durante a primeira metade do século XVIII após a agregação dos lotes contíguos.

A vedoria de 1746 refere também a escadaria de dois lanços e as “casas dos moços” que correspondem grosso-modo à sobreloja do palácio, onde ainda são visíveis as ‘namoradeiras’ voltadas ao vão interior. Na fachada abrir-se-iam apenas dois portões, quatro janelas de peitoril e duas portas de pequenas dimensões situadas no corpo poente do edifício. A inclusão dos óculos rocaille sobre as portas térreas será posterior, provavelmente da segunda metade do século XVIII. Também o acrescento dos pisos superiores datará dessa altura, uma vez que nas gravuras da cidade do Porto de finais do século XVIII, o Palácio aparece representado já próximo da sua forma definitiva, pelo que as obras de ampliação que implicaram a construção dos andares superiores recuados em relação à Rua das Flores (Pisos 2, 3 e 4) serão obrigatoriamente anteriores à aquisição do mesmo pela família Maia.



Vista da cidade do Porto, desde a Torre de Marçateixo até as Fontainhas
Manuel Marques de Aguiar (1791)

Figura 29 – Localização do Palácio na vista da cidade do Porto por Manuel Marques de Aguiar de 1791 (adaptado).



Cidade do Porto
Teodoro de Sousa Maldonado (1789)

Figura 30 – Localização do Palácio na vista da cidade do Porto por Teodoro de Sousa Maldonado de 1789 (adaptado)

Dessas alterações carecemos de informações plausíveis, sendo que o mesmo se passa em relação aos proprietários do edifício durante esse meio século. Sabemos apenas, com base nas informações constantes no Tombo da Mitra, que a propriedade terá sido legada à casa professa de S. Roque por Bartolomeu Ferraz de Almeida.

Nos inícios do século XIX a casa estava na posse de António de Oliveira Maia, homem de negócios natural de Alvarelos (Trofa) e gerente – com seu irmão Barnabé de Oliveira Maia (de quem herdaria enorme fortuna) – da casa comercial Barnabé de Oliveira Maia e C^a. Na gravura da fachada principal datada de 1810 (AFONSO 2008) onde se representam as alterações solicitadas por António de Oliveira Maia respeitantes à adição dos dois portões centrais que viriam substituir as duas janelas de peitoril aí existentes, aparecem já representados os óculos rocaille, o que confirma a hipótese de estes poderem ser anteriores à compra da casa por Oliveira Maia.

Durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico foi possível observar alguns detalhes construtivos que indiciam alterações importantes do edificado e que permitem definir três etapas construtivas. A primeira fase corresponde à agregação dos quatro chãos, cronologicamente enquadrável nos finais do século XVII e inícios do século XVIII, na qual a casa nobre era composta apenas por dois pisos. Posteriormente, numa segunda fase, a este edifício terão sido acrescentados o segundo e o terceiro andares. Desconhecemos a data desta adição, mas podemos situá-la antes do último quartel do século XVIII (tendo em conta as gravuras da cidade do Porto aqui mencionadas). Foi também possível identificar o acrescento efectuado na ala nascente do palácio e que consolidou a configuração em ‘U’ do edifício. Esta transformação será marcada pela edificação da capela e da sacristia. Numa terceira fase, que poderá situar-se na primeira metade do século XIX, foi acrescentada a varanda voltada ao pátio exterior e aumentado o pé direito dos dois andares superiores. Esta fase corresponderá àquela em que Domingos de Oliveira Maia foi proprietário do Palácio.

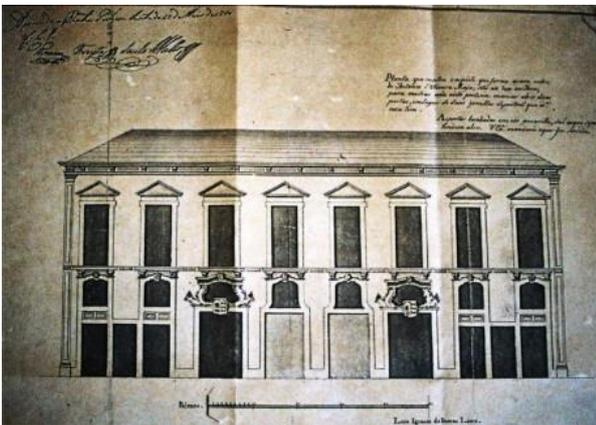


Figura 31 – Fachada principal do Palácio dos Ferrazes no século XIX (extraído de Afonso, 2008).

Do quintal à cocheira. Os trabalhos de escavação arqueológica realizados no sector III, permitiram colocar a descoberto uma série de estruturas relacionadas com a cocheira projectada por Domingos de Oliveira Maia e com as transformações ocorridas no século XX. Abaixo destas, foram detectadas estruturas que aparentam reportar a cronologias anteriores, das quais não se conhecia referência.



Figura 32 – Corte transversal onde se representam as várias fases construtivas (fase I a verde, fase II a rosa, fase III a castanho).

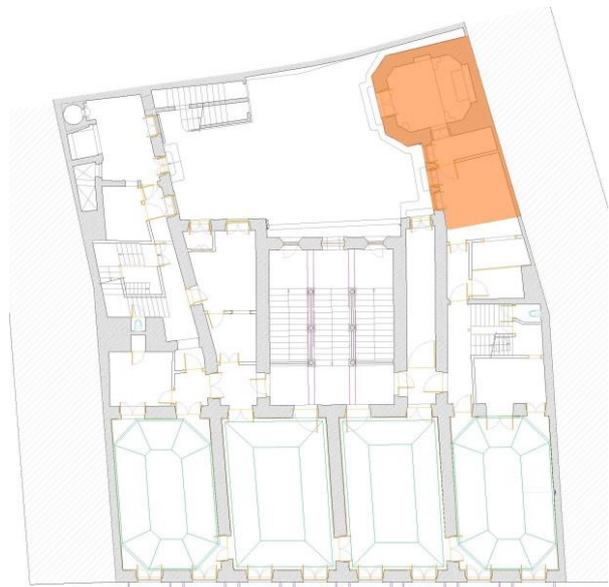


Figura 33 – Planta do Palácio dos Ferrazes onde se representa o acrescento da sacristia e da capela (ala nascente).

Segundo a vedoria de 1746, a casa nobre possuía um «quintal [com] muitas arvores de fruto, e laranjeiras, e esta feito em quatro taboleiros, e nos tres primeiros da parte do sul tem em cada hum sua fonte de agoa com seo tanque de pedra, cuja agoa vem do tanque do charariz da Porta do Olival e tem para a parte do norte sua porta e serventia» (apud AFONSO, 2001: 265-266).

Todavia, os trabalhos de escavação arqueológica colocaram a descoberto vestígios de construções que poderão ser anteriores a esta cronologia, embora a ausência de material arqueológico associado não permita confirmar tal suposição.

Abaixo da cocheira do século XIX, erguia-se a parede tardoz e lateral de um edifício que, de acordo com os materiais que lhe estão associados, terá sido construído em finais do século XVII ou inícios do século XVIII. Este edifício apresenta uma planta rectangular, com plataforma em alvenaria de pedra, re-

bocada no exterior e pintada a cinzento. As paredes acima do piso de circulação seriam construídas em tabique, facto sugerido pelos inúmeros entalhes identificados. Esta construção não encostaria ao edifício localizado a nascente (pertencente actualmente ao Instituto Português de Fotografia) dado que foram encontrados vestígios da existência de um acesso à rua da Vitória, provavelmente através de uma escadaria composta por degraus de granito, da qual foi possível identificar o arranque. Tal parece ser confirmado pela planta do Arquitecto Joaquim da Costa Lima Júnior, datada de 23 de Janeiro de 1851, onde se propõe um “novo alinhamento que a Exma. Câmara Municipal projecta dar à Viela dos Calhaus” e se encontra já retratada a planta da cocheira projectada por Domingos de Oliveira Maia. Nessa mesma planta, é representado um vão de acesso à rua da Vitória que terá sido encerrado com a construção da dita cocheira e que corresponderá àquele identificado no decorrer dos trabalhos arqueológicos.

Esse edifício prolongar-se-ia para noroeste (antiga Viela dos Calhaus), mas terá sido cortado pela construção da fachada da cocheira que vem respeitar o novo alinhamento ditado pela Câmara Municipal. As estruturas identificadas no decurso da escavação arqueológica que podem ser atribuídas à cocheira parecem decalcar a planta constante no projecto de Domingos Oliveira Maia. Esta terá sido construída aproveitando as paredes do mencionado edifício, sobre o qual se ergueram

dois contrafortes que serviram de suporte a uma parede traseira levantada de raiz e na qual se construiu uma fonte com tanque de água e mina de acesso. As paredes eram robustas e construídas em alvenaria de pedra. Por forma a aumentar a área de construção do patamar ter-se-á procedido ao aterro do soalco superior. Conforme documentado no projecto de 1851, a cocheira era composta por dois pisos, o primeiro recuado em relação à rua e um piso térreo coberto por um lajeado granítico.

Desconhece-se quando é que a cocheira terá deixado de o ser, mas sabe-se que pelo menos até à década de 40 do século XX o edifício terá mantido configuração próxima à original, conforme parecem corroborar as fotografias aéreas dos anos 30-40, nas quais se observa uma panorâmica de todo o lote correspondente ao Palácio dos Ferrazes e se assinala a ausência do corpo tardoz poente que terá sido acrescentado a esta construção em fase posterior.

Na segunda metade do século XX, o edifício onde existia a cocheira terá sido dividido em duas partes e a fachada completamente remodelada, sendo que à metade poente foi acrescentado um outro edifício e a metade nascente terá sofrido grandes alterações ao nível das paredes estruturais. Aí terão funcionado duas pequenas unidades fabris, das quais não dispomos de qualquer informação.

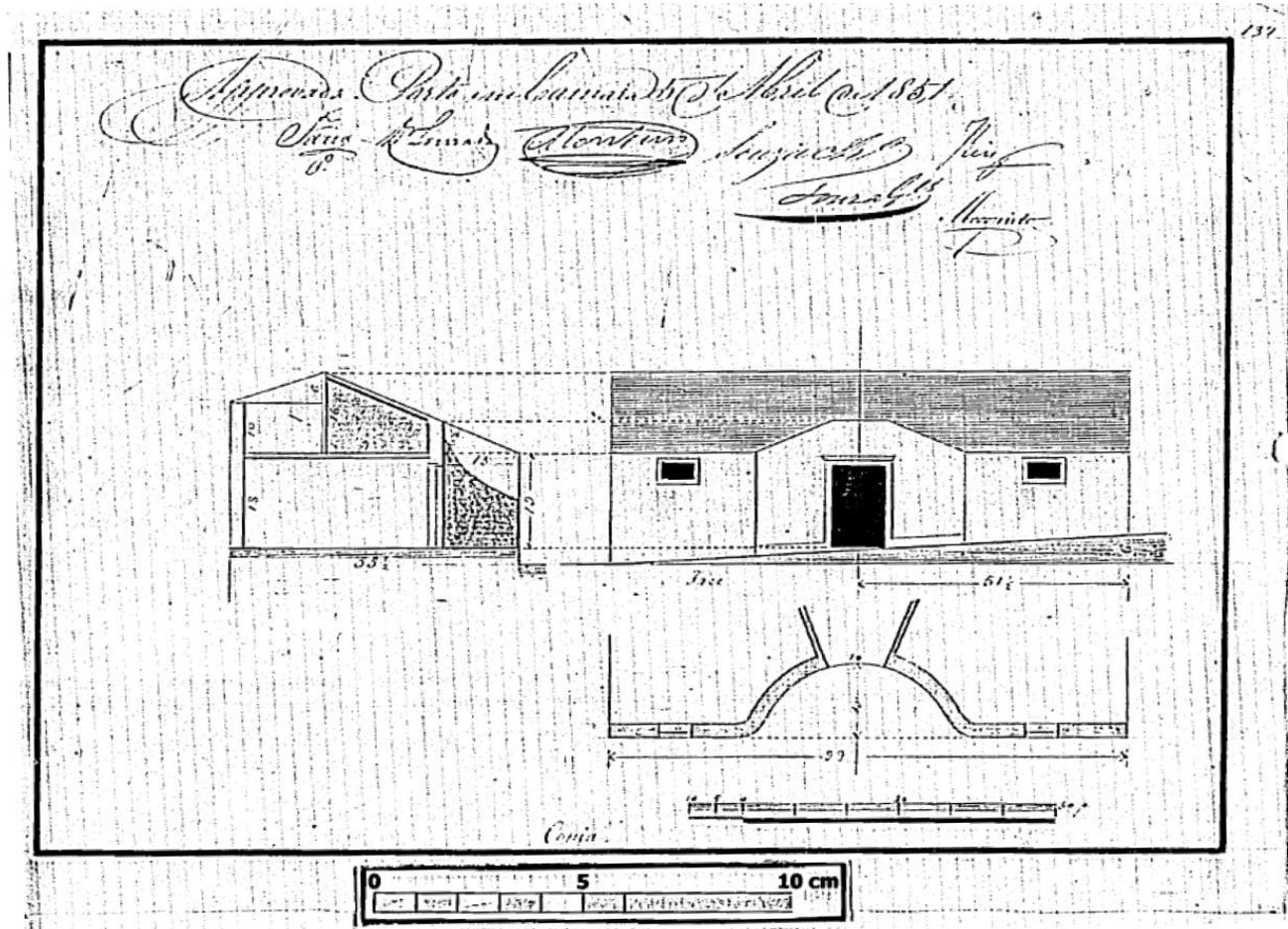


Figura 34 – Planta da cocheira projectada por Domingos Oliveira Maia (extraído de Afonso, 2008)

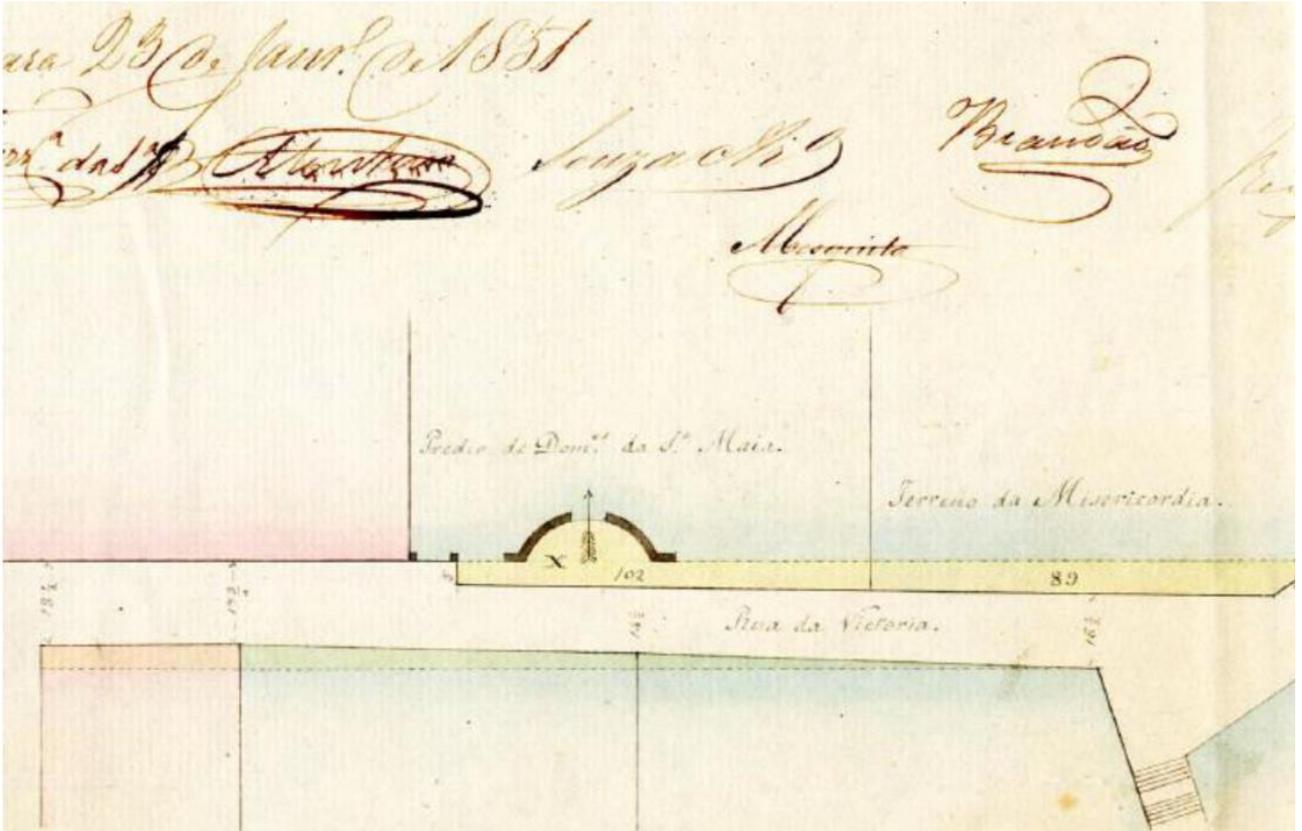


Figura 35 – Extracto do 'Alinhamento da Rua da Vitória' pelo Arquitecto Joaquim da Costa Lima Júnior, datada de 23 de Janeiro de 1851 (A.H.M.P).

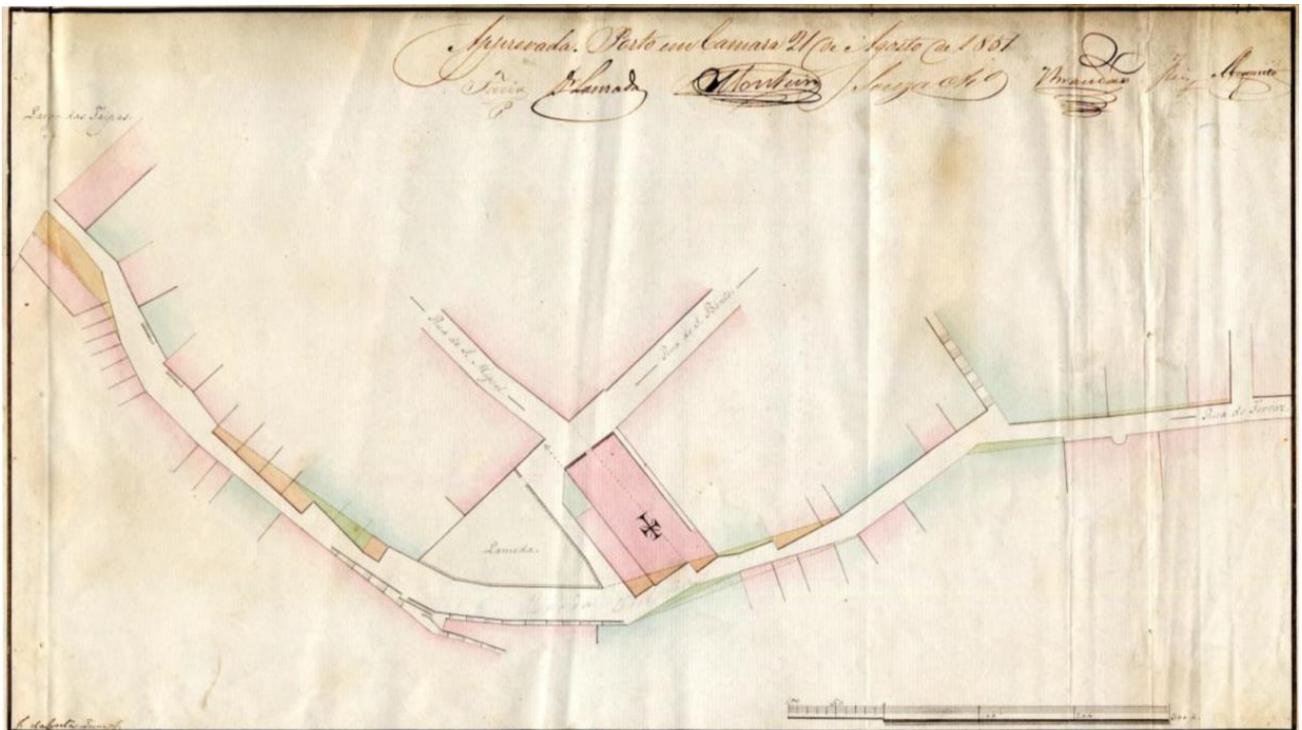


Figura 36 – Planta em que o Arquitecto Lima Júnior projecta o Alinhamento na Rua da Vitória e Vela de São Roque até às Taipas, aprovada pela CMP a 21 de Agosto de 1851 (A.H.M.P)



Figura 37 – Palácio, logradouro e Cocheira – Adaptado da foto aérea da baixa do Porto, 1930 (Foto Beleza)

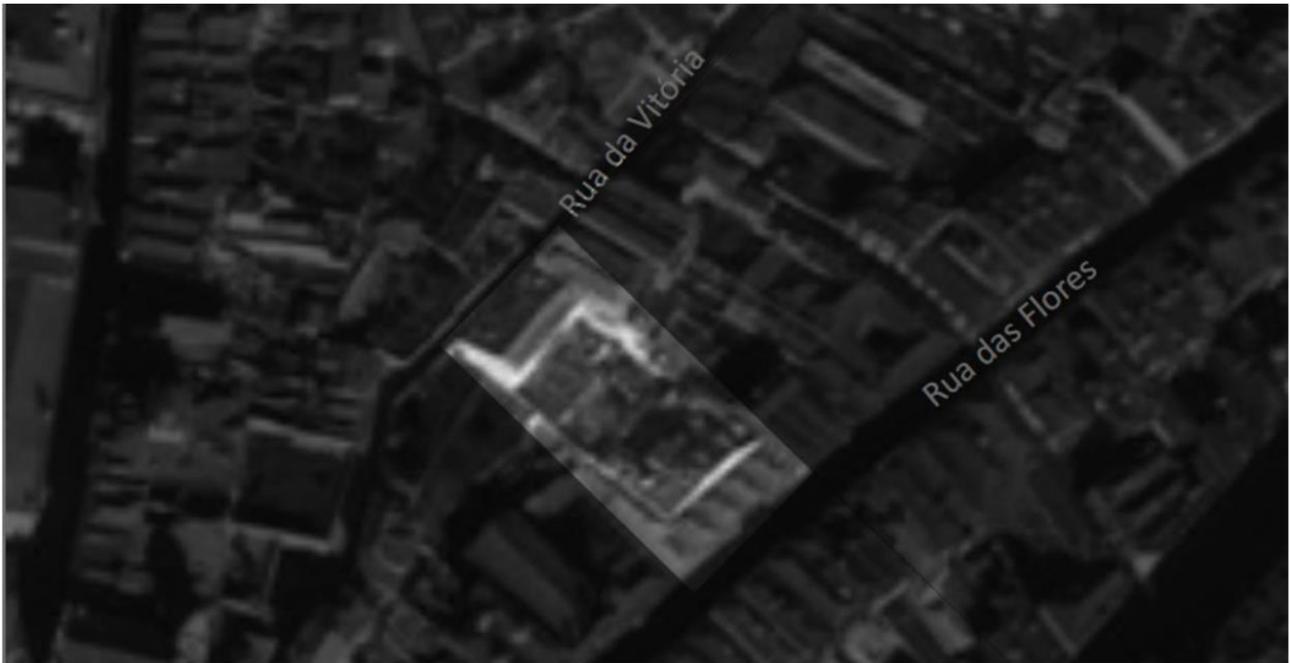


Figura 38 – Vista aérea do Palácio, logradouro e Cocheira – Adaptado da Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939-1940: fiada 18, nº 347 (A.H.M.P)

6. Considerações Finais

Os contextos identificados no decorrer dos trabalhos arqueológicos correspondem a um quadro cronológico compreendido entre o século XVI e o XX, e fornecem dados importantes no que respeita à evolução do espaço construído e às sucessivas transformações de que foi alvo. Para além do espólio exumado, destacam-se os elementos arquitectónicos de características particulares ou únicas, como é o caso da fonte renascentista existente no piso térreo do palácio ou a lareira

e chaminé da cozinha do primeiro piso, cuja preservação foi possível conciliar com as alterações previstas no projecto de arquitectura e apesar dos constrangimentos da empreitada.

Se os trabalhos arqueológicos permitiram reunir um corpus de informações importantes para a caracterização da ocupação humana do espaço entre os finais do século XVII e o século XIX, revelaram-se inconclusivos em relação às ocupações mais recentes do palácio e do edifício voltado à rua da Vitória. Também não foi possível detectar qualquer ocupação anterior ao século XV.

Tendo em conta a complexidade da intervenção e o vasto conjunto de informação reunida, as considerações que por ora se apresentam são ainda incipientes, carecendo de aturado exame e confrontação com um leque mais alargado das fontes documentais disponíveis.

Referências Bibliográficas

- AFONSO, J. F. (2001) – A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista. Porto. F.A.U.P.
- AFONSO, J. F. (2008) – A casa Ferraz - Bravo na rua das Flores do Porto, Estudo histórico e espacial.
- BARBOSA, J. F. (2017) – Reabilitação do património, cidade do Porto: estratégias e factos - Rua (Sta Catarina) das Flores, Revista Arquitetura Lusíada. 7 (1.º semestre 2015): 153-206.
- BARREIRA, P.; GOMES, P.D.; TEIXEIRA, R. (1995) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII, Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo. Tondela. Câmara Municipal: 145–184.
- CASIMIRO, T.M. (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística, Revista Portuguesa de Arqueologia. 14: 355-373.
- ENCARNAÇÃO, J. (2012-2013) – Uma pátera envolta em mistério?, Anas. 25-26: 117-132.
- FLÓRIDO, M. (2010) – Tipificação de Soluções de Reabilitação de Paredes de Madeira em Edifícios Antigos. FEUP. Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestre em Engenharia Civil – Especialização em Construções Civis: 12-20.
- GOMES, P.D.; TEIXEIRA, R.J.; SÁ, A. (2001) – Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da arqueologia, Itinerário da Faiança do Porto e Gaia. Porto. Museu Nacional de Soares dos Reis: 117–166.
- GRAÇA, M. S. A. (2007) – Domingos de Oliveira Maya percurso de um riscador amador ou da responsabilidade técnica no Porto de meados de Oitocentos, In: N.M. FERREIRA-ALVES (Coord.), Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa. ACTAS VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. DCTP-FLUP 321-330.
- OSÓRIO, M. (2014) – Sobre as marcas cruciformes do Concelho do Sabugal, In: A. SARAIVA; A. CAMEIJO (Org.), Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior. Guarda. Agência para a Promoção da Guarda: 157-166. [versão digital disponível em https://www.academia.edu/10168733/Sobre_as_marcas_cruciformes_do_Concelho_do_Sabugal]
- REBUGE, J.; PINTO, M. (2008) – Relatório Preliminar dos trabalhos Arqueológicos, Sondagem de Diagnóstico Arqueológico na Rua das Flores, n.º 25-33 (“Casa Ferraz-Bravo, Casa dos Maias”); Rua da Vitória, n.º 149-157. Era-Arqueologia, SA.
- RESENDE, N. (2017) – «Para aprender, viajar e escrever»: uma carta para Domingos de Oliveira Maia (1821). CEM Cultura. Espaço & Memória. 8: 339-356.
- SOUSA, F.; CIRNE, T. (2007) – Portugueses do norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832), In: F. de Sousa et al. (Coord.), A Imigração Portuguesa para o Brasil. CEPESE – Centro de Estudos da População. Economia e Sociedade / Edições Afrontamento: 489-556.

Fontes cartográficas e outras

Arquivo Distrital do Porto, Cabido, 5399, fls. 214vº-216vº. Apud AFONSO, José Ferrão – A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista. Porto: F.A.U.P., 2001, pp. 265-266.

Cidade do Porto / T. S. Maldonado delin., Porto ; Godinho sculp.. - [Porto : na Officina de António Alvares Ribeiro, 1789] [cópia digital disponível em <http://purl.pt/4036>]

Vista da cidade do Porto, desde a Torre de Marca até as Fontainhas / [M. M.] Aguilar delin. e exculp. no anno de 1791. [cópia digital disponível em <http://purl.pt/13546>]

Planta da cidade do Porto contendo o palácio de Christal, nova alfândega, e diversos melhoramentos posteriores a 1844 / por F. Perry Vidal ; Emygdio, gr.. - Escala [ca 1:6600], 4000 Palmos=[13,30 cm]. - Lisboa : Off. de Vasques & cª., 1865 [cópia digital disponível em <http://purl.pt/3556>]

Alinhamento da Rua da Vitória (...) – 1851, por Joaquim da Costa Lima Júnior (Arquivo Histórico Municipal do Porto) [cópia digital disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/335656/>]

Alinhamento na Rua da Vitória e Viela de São Roque até às Taipas (...) – 1851, por Joaquim da Costa Lima Júnior (Arquivo Histórico Municipal do Porto) [cópia digital disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/335635/>]

Planta topográfica da cidade do Porto: quadrícula 258 / 1880 – [1892], escala 1:500, levantada sob direção de Augusto Gerardo Teles Ferreira [cópia digital disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/519579/>]

Vista aérea da baixa do Porto, 1930 [consultada em <http://portoarc.blogspot.com/2015/07/governo-politico-v.html#FICHA>]

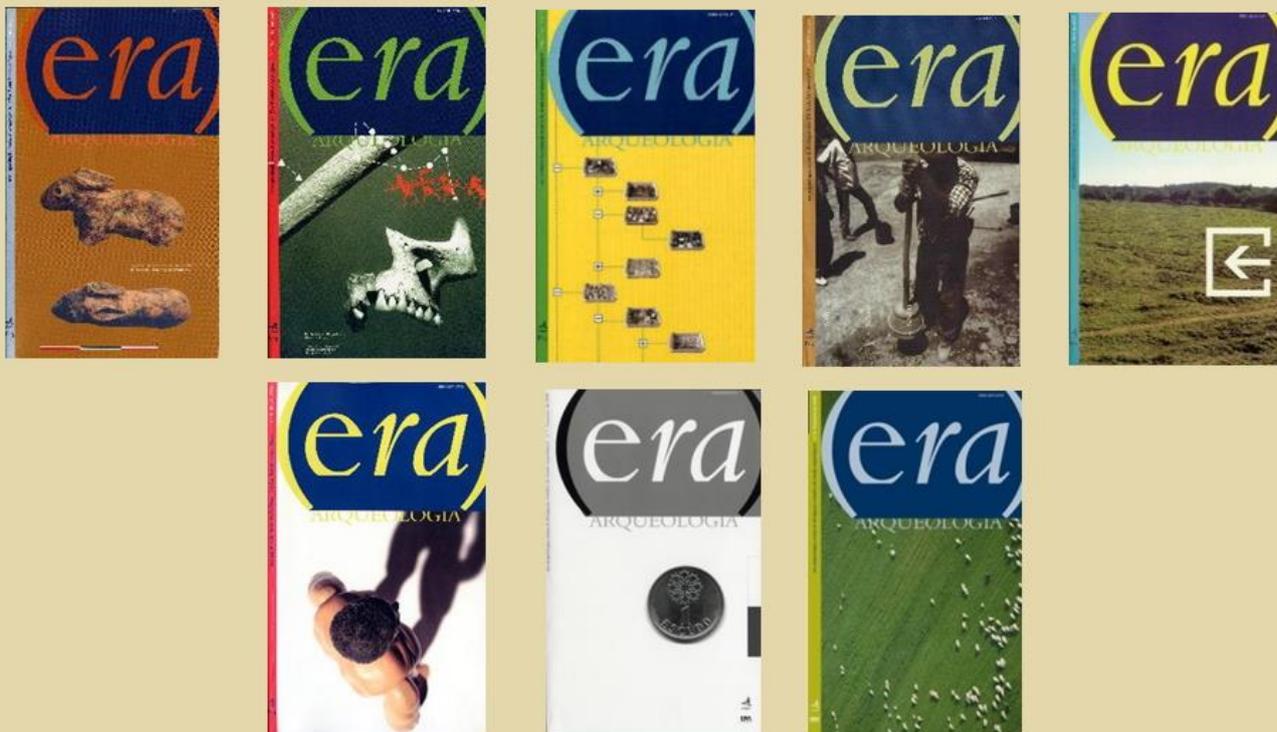
Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939-1940: fiada 18, n.º 347 (Arquivo Histórico Municipal do Porto) [cópia digital disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/587801/>]

Carta Militar de Portugal, folha 365 Escala 1/25 000, Serviço Cartográfico do Exército.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

Série ERA Arqueologia

Oito volumes publicados entre 2000 e 2008



Série ERA Monográfica

Três volumes publicados



Série Perdigões Monográfica
Um volume publicado